

# Governadores apóiam medidas, mas fazem contas

As maiores preocupações são com a necessidade de cortes no orçamento e com a rolagem de dívidas

• RIO, BRASÍLIA, RECIFE, SÃO PAULO.

O governador do Rio, Marcello Alencar, afirmou ontem que apóia integralmente as medidas do Governo, mesmo que algumas delas lhe tragam preocupações. A medida que mais o deixa apreensivo é a que diz que nos contratos de refinanciamento da dívida do estado não haverá concessão. Ele esperava poder rever perfil da dívida que, pelo contrato assinado, tem de ser paga em 10 anos, o que ele considera pouco tempo.

Outra preocupação do governador é com relação a três grandes linhas de financiamentos — para a reforma do estado, para o Baixada Vive e para a Flumitrens — do Banco Interamericano (Bid) e do Banco Mundial (Biri), que já tinham sido aprovadas pelo Conselho de Política Fazendária (Confaz) e terão agora de ser reavaliadas.

— Por outro lado, acho que seremos beneficiados com os aumentos do IPI e do Imposto de Renda — afirmou.

O governador determinou ontem mesmo a elaboração de um plano de emergência para adequar às medidas de contenção do Governo federal.

O governador de São Paulo, Mário Covas, evitou comentar as medidas de ajuste fiscal na economia. Ele disse que é difícil fazer mais economia no estado do que já vem fazendo ou cortar ainda mais os gastos. Mas, após atribuir o agravamento da situação econômica do país à globalização, disse que está disposto a colaborar com o Governo federal.

O governador paulista também tentou contemporizar o impacto do pacote junto aos eleitores, principalmente o aumento de Imposto de Renda.

— O Imposto de Renda é, de qualquer forma, o mais justo de todos os impostos. É um imposto direto. Pega as pessoas que têm mais renda. O pior é você aumentar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ou Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). São regressivos e incidem sobre qualquer compra — afirmou Covas.

O prefeito de São Paulo, Celso Pitta (PPB), disse que as medidas anunciadas provocam preocupação com o impacto na atividade econômica, mas se dispôs a colaborar na defesa do Plano Real.

Paulo Afonso Vieira, governa-



MARCELLO ALENCAR: preocupação com refinanciamento da dívida estadual

dor de Santa Catarina, disse que o pacote foi positivo porque vai contribuir para fortalecer o Real e para garantir a estabilidade de plano econômico. Segundo ele, não haverá demissão de pessoal em seu estado, mas será preciso uma flexibilização para gastar menos.

No Rio Grande do Sul o gover-

nador Antonio Britto convocou o Secretariado para uma reunião, que se alongou durante toda a tarde. Hoje ao meio dia ele anunciará as medidas de contenção de despesas e alguns dos investimentos que serão feitos com parte dos recursos conseguidos com a privatização da Companhia de Telecomunicações no mês passa-

do. Ainda durante a reunião, foi divulgada uma nota oficial, com a orientação de Britto para evitar cortes na área social:

Crítico contundente da política neoliberal adotada pelo Governo, o governador de Pernambuco e presidente Nacional do PSB, Miguel Arraes, afirmou que o Plano de Estabilização Econômica revela o limite de sua fraqueza.

— Não pode haver estabilidade financeira, sem estabilidade social. Infelizmente as perdas vão, mais uma vez e como sempre, para as mesmas cabeças. Pode se dizer que é preciso sacrifício para segurar a situação do país. A pergunta que se segue é: e se a crise se agravar mais adiante, de onde é que vai se tirar recursos? Das mesmas fontes? Não há como esperar que isso aconteça, porque aí ninguém suporta — disse.

Reconheceu, no entanto, que as medidas eram necessárias:

— Dentro da lógica e da política governamental as medidas até que se justificam. O que não é lógico é que a estabilidade financeira implique na falta de estabilidade social, pois a população não tem, sequer, perspectiva de melhoria — afirmou. ■